

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
COMPANHIA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE SANTA CATARINA - CASAN

NEMA ELETROTÉCNICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.756.893/0001-39, com sede na Rua XV de Novembro, 1122, Laranjeiras, CEP 89.167-328, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo sócio administrador, **NILBERTO ARI LEHMKUHL**, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF nº 477.911.289-34, com domicílio profissional na sede da empresa, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02 e artigos 3º, 41 e ss. da Lei 8.666/93 e demais dispositivos aplicáveis à espécie, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**, referente à licitação **Pregão Eletrônico nº 175/2014**, o que o faz pelas razões de fato e de direito que doravante passa a se expor.



A. CONSIDERAÇÕES:

- 1) Considerando o caráter técnico do referido edital de Pregão Eletrônico nº 175/2014;
- 2) Considerando que dentro de todas as exigências do edital, acima mencionado, não foi exigida nenhuma documentação técnica, fato este que por inúmeras vezes nos impediu de fornecer painéis elétricos a vossa companhia, tais como: Lay-out's, Atestados Técnicos e/ou Listas de Materiais;
- 3) Considerando que apesar de ter sido utilizado o recurso de "Pregão Eletrônico", utilizando o site do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br), nossa Empresa manifesta-se prejudicada, e por várias outras tentativas idênticas a esta, por não ter a oportunidade de conceder lance adicional, o que com certeza acarretaria uma grande economia aos cofres públicos desta Companhia;
- 4) Considerando que é humanamente impossível, em tempos de Pregão Eletrônico, um fornecedor dar um lance e imediatamente após o pregão encerrar-se, conforme registra-se em anexo;
- 5) Considerando que tal prática já ocorreu em vossa Companhia e diversas outras vezes e que todas encontram-se registradas em nossa empresa;
- 6) Considerando que, caso nosso recurso administrativo não seja aceito, teremos que recorrer a instâncias superiores.



B. DO PEDIDO:

Diante do todo exposto requer:

PRELIMINARMENTE:

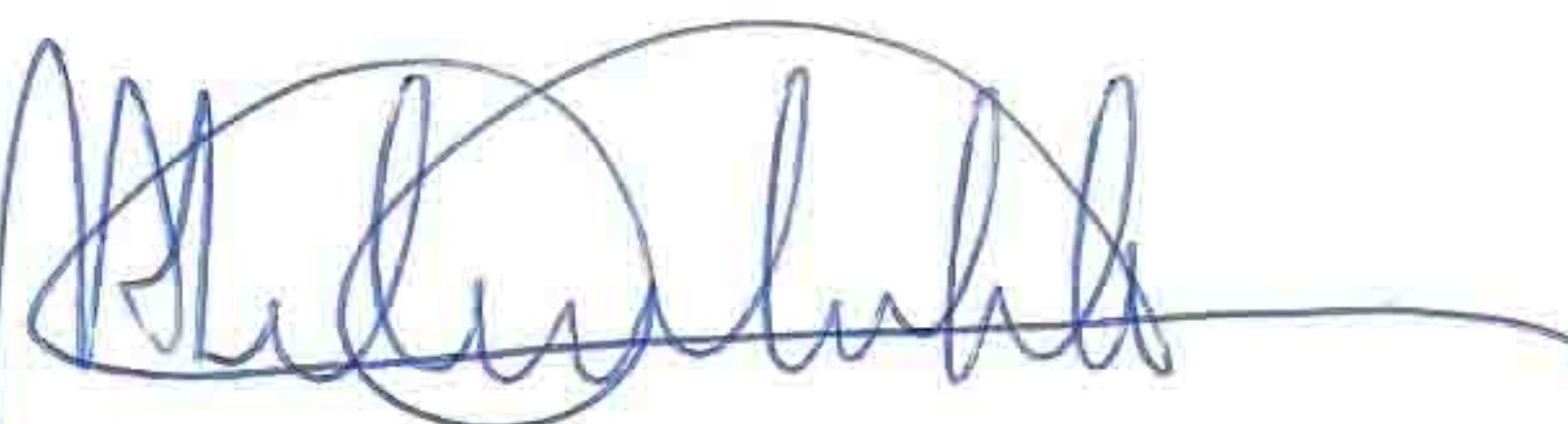
(i) Seja recebido o presente recurso, determinando-se processamento, nos termos do Art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10520/02.

NO MÉRITO:

(ii) Requer seja dado integral provimento, impugnando a decisão da Comissão de Licitação e, portanto, declarar vencedora a empresa **NEMA ELETROTÉCNICA LTDA.** por ser de interesse da Administração Pública a contratação de empresa pelo binômio Menor Preço – Tecnologia Oferecida.

Diante do acima exposto, solicitamos parecer favorável ao nosso recurso administrativo pelos membros desta ilustre Comissão.

Rio do Sul, 26 de janeiro de 2015.



NILBERTO ARI LEHMKUHL
Diretor